



OS DEPUTADOS
Partido Socialismo e Liberdade
Técnica

Apresentação: 02/09/2022 14:41 - Mesa

RIC n.615/2022

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ 2022.

(Da Bancada do PSOL)

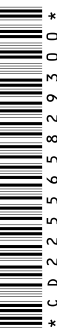
Requer ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Gustavo Torres, informações sobre o áudio telefônico em que o Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier, oferece apoio ao servidor Jussielson Silva, preso no mês de maio por arrendar terras indígenas no estado do Mato Grosso.

Senhor Presidente,

Requeremos com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Gustavo Torres, informações sobre o áudio telefônico em que o Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier, oferece apoio ao servidor Jussielson Silva, preso no mês de maio por arrendar terras indígenas no estado do Mato Grosso. Assim sendo, pedimos esclarecimentos sobre as seguintes questões:

- 1.** Reportagem do jornal O Globo¹ de 25 de agosto de 2022 destaca que em um telefonema interceptado pela Polícia Federal no início deste ano, com autorização da Justiça, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier, ofereceu apoio ao servidor Jussielson Silva, preso sob a suspeita de cobrança de propina para alugar pastos ilegalmente na reserva indígena Marãiwatsédé. A região ocupa uma área equivalente a 165 mil campos de futebol espalhados em três municípios mato-grossenses. No local, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há 781 indígenas xavantes em mais de dez aldeias.
 - a.** De acordo com a reportagem, a gravação foi anexada à um relatório da Polícia Federal (PF) que aponta que Xavier deu "*sustentação à ilegalidade*". **Quais foram e quando se deram as iniciativas tomadas pelo Ministério da Justiça e Segurança**

¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/08/em-interceptacao-da-pf-presidente-da-funai-oferece-amparo-a-servidor-presos-por-suspeita-de-arrendar-terras-indigenas-ouca.ghtml>

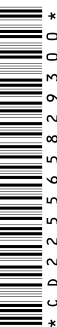


Pública (MJSP) para investigar a atuação de Marcelo Augusto Xavier no caso citado?

- b. Quais foram as ações concretas tomadas pelo MJSP para assegurar a proteção dos povos indígenas e a segurança da reserva indígena Marãiwatsédé após o conhecimento dos fatos investigados?**
- c. Anexar cópias de documentos, e-mails ou qualquer outra forma de comunicação entre as partes para os itens anteriores.**
- 2. Em uma das interceptações conduzidas, com autorização judicial, pela PF, Xavier fez a seguinte fala: "Deixa eu te falar uma coisa: eu falei agora com o chefe da Delegacia aqui e me parece que eles tão com uma má vontade enorme". Xavier, então, promete tomar providências contra os colegas que estavam no encalço do servidor e disse que iria recorrer às corregedorias da corporação, departamento encarregado de apurar eventuais desvios de conduta de policiais. "Eu vou dar ciência já do caso ao corregedor lá de Mato Grosso, ao corregedor nacional da Polícia Federal aqui e já vou acionar nossa corregedoria pra atuar nisso aqui. Pode ficar tranquilo", afirmou.**

Quais medidas foram tomadas pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso após a tentativa de interferência de Marcelo Augusto Xavier na investigação conduzida pela Polícia Federal? Anexar cópias de documentos, e-mails ou qualquer outra forma de comunicação entre as partes.

- 3. Houve, por parte de representantes da reserva indígena Marãiwatsédé, comunicado em relação à suspeita de locação ilegal de pastos localizados na reserva indígena? Anexar cópias de documentos, e-mails ou qualquer outra forma de comunicação entre as partes para os itens anteriores entre janeiro de 2019 e a presente data.**
- 4. Solicita-se a ata das reuniões que trataram das suspeitas de locação ilegal de pastos localizados na reserva indígena Marãiwatsédé, bem como os documentos que subsidiaram os debates acerca do tema no MJSP e na FUNAI. Ainda, solicita-se a**





OS DEPUTADOS
Partido Socialismo e Liberdade
Técnica

**PSOL NA
CÂMARA**

posição deste Ministério sobre o tema abordado e a especificação de eventuais compromissos assumidos.

- 5. Quais são e quantas são as infrações ambientais cometidas contra a reserva indígena Marãiwatsédé entre janeiro de 2012 e a presente data? Em cada uma dessas operações, quantos autos de infração foram lavrados?**
- 6. Quais são e quantas foram as operações de fiscalização ou visitas da FUNAI junto à reserva indígena Marãiwatsédé entre janeiro de 2019 e a presente data?**
- 7. O governo tem ou pretende elaborar algum plano estruturado, com objetivos, metas e formas de mensuração definidos, para conter as infrações ambientais cometidas contra reservas indígenas no país?**
- 8. O Presidente da República foi comunicado sobre estas investigações da PF? Houve alguma comunicação deste ministério com a Presidência de República a respeito da atuação de Marcelo Augusto Xavier? Se sim, em que termos?**
- 9. Solicitamos os registros de reuniões do Sr. Jussielson Silva na Fundação Nacional do Índio (Funai) entre janeiro de 2019 e maio de 2022.**
- 10. O Estado brasileiro dispõe de diversos serviços que podem ser acessados para minimizar situações de vulnerabilidade vividas por povos indígenas, especialmente quando são ameaçados com infrações ambientais. Neste sentido quais as providencias tomadas pela Funai?**
- 11. Cabe a Funai, a proteção das terras Indígenas, por meio de ações de vigilância e fiscalização, evitando que as terras indígenas sejam ou permaneçam invadidas, ou exploradas por terceiros, assegurando aos indígenas a integridade do seu território e do seu patrimônio natural e cultural. Comprovada a presença de invasores nessas áreas, proceder à extrusão e penalização dos responsáveis. Neste sentido quais as providencias tomadas para que invasões às terras indígenas não aconteçam mais?**





OS DEPUTADOS
Partido Socialismo e Liberdade
Técnica

Apresentação: 02/09/2022 14:41 - Mesa

RIC n.615/2022

Justificação

Reportagem do jornal O Globo de 25 de agosto de 2022 destacou que em um telefonema interceptado pela Polícia Federal com autorização da Justiça, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier, ofereceu apoio a um servidor do órgão preso por suspeita de participação num esquema de arrendamento ilegal de áreas indígenas em Mato Grosso. A gravação foi anexada a um relatório da PF que aponta que Xavier pode ter dado "sustentação à ilegalidade"².

A interceptação da PF que flagrou Xavier foi feita no início deste ano durante a investigação que prendeu o chefe da Funai no município de Ribeirão Cascalheira (MT), o ex-fuzileiro naval Jussielson Silva, além de um policial militar e um ex-PM, sob a suspeita de cobrança de propina para alugar pastos ilegalmente na reserva indígena Marãiwatsédé. A região ocupa uma área equivalente a 165 mil campos de futebol espalhados em três municípios matogrossenses. No local, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), há 781 indígenas xavantes em mais de dez aldeias.

No dia 18 de fevereiro, o presidente da Funai e Jussielson da Silva, o servidor do órgão, conversaram ao telefone por 5 minutos e 48 segundos. A PF havia procurado Jussielson em busca de informações sobre os fazendeiros que alugavam os pastos para gados. No diálogo, Xavier protesta e diz que já havia entrado em contato com a delegacia da PF responsável pela investigação, localizada em Barra do Garças:

"Deixa eu te falar uma coisa: eu falei agora com o chefe da Delegacia aqui e me parece que eles têm com uma má vontade enorme", disse o presidente da Funai. Xavier, então, promete tomar providências contra os colegas que estavam no encalço do servidor e disse que iria recorrer às corregedorias da corporação, departamento encarregado de apurar eventuais desvios de conduta de policiais. "Eu vou dar ciência já do caso ao corregedor lá de Mato Grosso, ao corregedor nacional da Polícia Federal aqui e já vou

² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/08/em-interceptacao-da-pf-presidente-da-funai-oferece-amparo-a-servidor-presos-por-suspeita-de-arrendar-terras-indigenas-ouca.ghtml>



acionar nossa corregedoria pra atuar nisso aqui. Pode ficar tranquilo", afirmou.

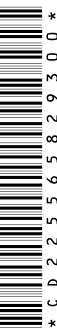
Em seguida, Jussielson da Silva se mostrou grato pelo apoio do chefe e respondeu: *"Sim, eu agradeço porque a gente está na ponta da lança. O senhor é o meu apoio de fogo. O senhor me protegendo, fico mais feliz ainda", diz o servidor, atualmente preso. Marcelo Xavier, então, tenta acalmar o investigado: "Pode ficar tranquilo aí que você tem toda a sustentação aqui. Pode ficar sossegado".*

As ligações do presidente da Funai, interceptadas com autorização judicial, estão sendo investigadas pela PF, que diz em um relatório encaminhado à Justiça Federal que **"é possível concluir que o presidente do órgão, Marcelo, tem conhecimento do que está se passando, sendo possível que esteja dando sustentação à ilegalidade ora investigada (arrendamento em terra indígena)".**



No mesmo relatório, o delegado Mario Sérgio de Oliveira, responsável pela investigação, afirma que *"tal demonstração de autoridade (de Xavier) permite inferir uma disposição por parte do presidente da Funai em interferir no trabalho investigativo da Polícia Federal".*

Ao analisar a investigação do esquema de aluguel de pastos na reserva indígena Marãiwatsédé, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou Jussielson





OS DEPUTADOS
Partido Socialismo e Liberdade
Técnica

Silva e outros dois investigados pelos crimes de peculato e associação criminosa, entre outros.

Durante as investigações, a PF constatou que havia 70 mil cabeças de gados espalhadas por 42 pontos da reserva Marãiwatsédé. O arrendamento de terras indígenas é proibido desde 1973, quando foi sancionado o Estatuto do Índio.

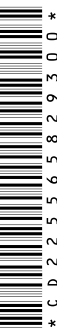
Homologada em 1998, a terra indígena Marãiwatsédé ("Mata fechada", no idioma xavante), tem um histórico de ocupação ilegal desde que foi criada. Nos anos 2000 cerca de 3 mil famílias de posseiros viviam no local. Ao longo dos anos, criadores de gado passaram a ocupar o território ilegalmente, o que aumentou a concentração de grandes áreas sob o controle de poucos fazendeiros.

A PF descreve as condutas de Jussielson e de seus dois comparsas como de um "poder armado" na região, portando armamentos pesados, o que é incomum entre servidores do órgão indígena. O relatório policial destaca a origem militar dos três — o chefe da Funai é militar da reserva da Marinha e outros dois, da PM do Amazonas. A investigação afirma ainda que as armas eram usadas pelo trio como forma de intimidação e que, em buscas na casa de um deles, foi encontrada uma arma com a numeração raspada, o que é ilegal.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal determinou a devolução aos indígenas da terra de 165 mil hectares, espalhados pelos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, em Mato Grosso. No ano seguinte, os invasores foram expulsos pela Força Nacional de Segurança.

Em março, a PF descobriu que Jussielson estaria cobrando uma propina de R\$ 50 mil dos fazendeiros interessados em alugar o pasto dentro da reserva, uma das terras indígenas mais desmatadas do país. Além disso, o inquérito apontou que o servidor e outros dois comparsas cobravam propinas para direcionar os pastos de fazendeiros desistentes a outros pecuaristas, além de uma taxa de R\$ 5 por hectare para medir o tamanho das áreas destinadas ao gado com a ajuda de um drone.

Segundo informações da Polícia Federal coletada com um dos investigados, a atividade de arrendamento de pasto dentro da comunidade indígena gerava um lucro de R\$ 899 mil por mês. O recebimento desses recursos, de acordo com a PF, era controlado por meio de um grupo de WhatsApp administrado pela coordenação regional da Funai. A PF constatou este





OS DEPUTADOS
Partido Socialismo e Liberdade
Técnica

ano que havia 70 mil cabeças de gado espalhadas por 42 pontos da terra indígena.

Este é apenas mais um caso envolvendo o atual presidente da FUNAI, que vem cumulativamente sendo peça fundamental nos casos que envolvem interesses diversos sobre terras indígenas, exceto o de proteção, que é a missão institucional que o cargo e instituição que o presidente representa deveria exercer.

Pelo breve exposto, urge que este Parlamento e a sociedade em geral tenham acesso às informações e documentos aqui solicitados.

Sala das Sessões, em de agosto de 2022.

Sâmia Bonfim
Líder do PSOL

